

STJ00115907

CURSO DE DIREITO
COMERCIAL

SÉRGIO CAMPINHO

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA

13ª edição
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** J21Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Laudemir Marinho dos Santos
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Daniela Georgeto

Capa Tiago Dela Rosa

Adaptação de capa Lais Soriano

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C196c	Campinho, Sérgio	
	Curso de Direito Comercial: Falência e Recuperação de Empresa / Sérgio Campinho. – 13. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.	
	512 p.	
	ISBN: 978-65-5362-759-8 (impresso)	
	1. Direito. 2. Direito Comercial. 3. Falência. 4. Recuperação de Empresa. I. Título.	
		CDD 346.07 CDU 347.7
2022-3274		

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Comercial	346.07
2. Direito Comercial	347.7

Data de fechamento da edição: 1-11-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA CL CAE

<i>Prefácio</i>	V
-----------------------	---

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS	3
1. Etimologia	3
2. Uma visão conceitual da falência	3
3. A compreensão da falência à luz do ordenamento jurídico brasileiro.....	6
4. Natureza da falência: direito material ou processual?	8
5. A falência como execução concursal	8
6. Conceito de falência	9
7. Conceito de recuperação judicial	10
8. Natureza jurídica da recuperação judicial	11
CAPÍTULO 2 – SUJEITOS DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	15
1. O empresário (sistema restritivo)	15
2. A profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística	17
3. O empresário rural	17
4. O empresário individual.....	18

5. O espólio.....	18
6. O menor empresário	20
7. A sociedade empresária.....	21
8. A sociedade anônima.....	22
9. A sociedade de economia mista e a empresa pública	23
10. A instituição financeira.....	24
11. A sociedade seguradora.....	26
12. A sociedade operadora de plano de assistência à saúde	27
13. A entidade de previdência complementar	27
14. O transportador aéreo	27
15. A sociedade cooperativa e a sociedade cooperativa médica operadora de plano de assistência à saúde	28
16. A sociedade que exerce atividade rural	30
17. As concessionárias de serviços públicos de energia elétrica	31
18. Os clubes de futebol.....	31
CAPÍTULO 3 – JUÍZO COMPETENTE	33
1. Conceito de principal estabelecimento	33
2. Prevenção.....	34
3. Natureza da competência	35
4. Encerramento das atividades.....	36
5. Alteração de estabelecimento	37
6. Filial de matriz situada no exterior.....	38

SEÇÃO II – ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA E ACERTAMENTO DO PASSIVO DO DEVEDOR

CAPÍTULO 4 – O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO	43
1. Visão geral e preliminar	43
2. A atividade do magistrado	43

3. A atuação do Ministério Público	44
4. Requerimento de falência pelo Ministério Público.....	47
CAPÍTULO 5 – O ADMINISTRADOR JUDICIAL	51
1. Posição jurídica	51
2. Nomeação e investidura	52
3. Impedimentos.....	54
4. Deveres e atribuições	55
5. Destituição.....	58
6. Substituição.....	58
7. Remuneração	61
8. Responsabilidade do administrador judicial.....	63
9. Prestação de contas.....	64
CAPÍTULO 6 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	69
1. Noção	69
2. Competências.....	69
3. Convocação.....	70
4. Instalação	72
5. Direção dos trabalhos.....	73
6. Composição	73
7. Deliberações, termo de adesão e outros mecanismos de tomada de voto....	75
8. Direito de voto e seu exercício abusivo	81
9. Supressão do direito de voto.....	86
10. Órgão não obrigatório.....	88
CAPÍTULO 7 – COMITÊ DE CREDORES	91
1. Constituição e composição.....	91
2. Impedimentos	93
3. Atribuições e competências.....	93

4. Deliberações.....	94
5. Remuneração	95
6. Destituição.....	95
7. Responsabilidade civil	95
8. Órgão não obrigatório.....	96
CAPÍTULO 8 – VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS.....	97
1. Natureza da verificação de créditos.....	97
2. Habilitação de crédito	98
3. Impugnação de créditos.....	101
4. Julgamento na verificação de créditos	102
5. Recurso da sentença de impugnação	103
6. Condenação em honorários advocatícios	104
7. Quadro-geral de credores	105
8. Créditos fazendários	106
9. Créditos decorrentes da relação de trabalho	109
10. Créditos ilíquidos.....	111
11. Habilitação retardatária	111
12. Impugnação retardatária.....	114
13. Exclusão, reclassificação ou retificação de créditos	115

SEÇÃO III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CAPÍTULO 9 – FUNDAMENTOS DO INSTITUTO.....	119
1. A crise econômico-financeira	119
2. O sistema bifásico de formação e aprovação do plano de recuperação judicial.....	121
CAPÍTULO 10 – INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	125
1. Legitimação ativa.....	125
2. Requerimento conjunto (grupo de sociedades)	126

2.1. Juízo competente.....	127
2.2. Litisconsórcio ativo (consolidação processual).....	128
2.3. Plano unitário de recuperação judicial (consolidação substancial).....	132
3. Condições para a recuperação judicial	138
4. Requisitos formais do pedido e representação	145
5. Constatação prévia	149
6. Deferimento do processamento da recuperação judicial.....	151
7. Natureza jurídica do ato judicial.....	153
8. Recurso do despacho do processamento	153
9. Desistência do pedido	155
CAPÍTULO 11 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CREDORES	157
1. Créditos sujeitos à recuperação	157
2. Créditos titularizados por representantes comerciais autônomos.....	161
3. Tratamento isonômico dos credores.....	162
4. Obrigações e valores inexigíveis	164
5. Suspensão das execuções, do curso da prescrição e proibição da constrição de bens.....	165
6. Novação recuperacional e o período de supervisão judicial	171
CAPÍTULO 12 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS E À PESSOA DO DEVEDOR.....	175
1. Restrição à livre disposição dos bens.....	175
2. Proibição de distribuição de lucros	178
3. Afastamento do devedor ou de seus administradores	180
CAPÍTULO 13 – A REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	183
1. Meios de recuperação	183
2. Atos de concentração.....	185
3. Financiamento do devedor	189
4. Plano de recuperação: prazo de apresentação, conteúdo e tratamento do crédito de natureza trabalhista.....	192

5. Manifestação dos credores.....	194
6. Prazo de realização da assembleia geral de credores e prazo de suspensão das execuções.....	195
7. Apresentação de certidões negativas de débito fiscal.....	197
8. Julgamento.....	203
9. Plano oferecido pelos credores.....	204
10. Alienação de filiais ou UPIs.....	208
11. Estado de recuperação e seu encerramento.....	211
12. Revisão do plano de recuperação judicial: pressupostos, condições e efeitos.....	215
13. Plano especial de recuperação judicial.....	219
CAPÍTULO 14 – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	225
1. Hipóteses.....	225
2. Eficácia dos atos.....	228

SEÇÃO IV – FALÊNCIA

CAPÍTULO 15 – ESTADO DE FALÊNCIA.....	231
1. Pressupostos.....	231
2. Qualidade de empresário.....	231
3. Insolvência do empresário.....	231
4. Sistema do patrimônio deficitário.....	232
5. Sistema da incapacidade de pagar.....	232
6. Sistema da cessação de pagamentos.....	233
7. Sistema da impontualidade.....	233
8. Sistema da enumeração ou indicação de fatos concretos, precisados em lei.....	234
9. Sistema adotado pelo direito positivo brasileiro.....	234
10. Insolvência presumida ou confessada.....	235
11. Conceito de insolvência.....	235
12. Decretação judicial da falência.....	236

13. Pluralidade de credores	236
CAPÍTULO 16 – DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	239
1. Empresário individual	239
2. Falência dos legalmente impedidos de exercer a atividade de empresário ...	240
3. Sociedade empresária.....	241
4. Sócio de responsabilidade solidária e ilimitada	241
5. Sócio de responsabilidade limitada	245
6. Administradores das sociedades anônima e limitada	248
7. Sócio comanditário	249
8. Sócio oculto	249
9. Sócio da sociedade limitada e controlador da sociedade anônima	250
10. Ação de responsabilidade	251
10.1. Objeto do pedido	252
11. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	253
12. Sociedade em conta de participação.....	255
13. Sociedade em comum.....	256
14. Prova da qualidade de empresário	257
CAPÍTULO 17 – INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	259
1. Visão geral.....	259
2. Sistema da impontualidade.....	259
2.1. Obrigação líquida	260
2.1.1. Letra de câmbio não aceita	261
2.1.2. Duplicata não aceita	261
2.1.3. Duplicata virtual, escritural ou eletrônica.....	264
2.1.4. Créditos líquidos que não ensejam falência	268
2.2. Título executivo	268
2.3. A prova da impontualidade: protesto do título	269

2.3.1. Protesto comum e protesto especial.....	270
2.3.2. Protesto de sentença.....	273
2.3.3. Intimação do devedor	274
2.3.4. Local do protesto	276
2.3.5. Processamento e formalidades do protesto.....	276
2.4. Valor superior a quarenta salários mínimos.....	278
2.5. Relevante razão de direito.....	279
2.6. Crítica conceitual ao sistema da impontualidade	281
3. Sistema de enumeração legal.....	285
3.1. Execução sem pagamento ou garantia.....	286
3.2. Atos ruinosos.....	294
3.2.1. Liquidação precipitada e uso de meios ruinosos ou fraudu- lentos para pagar	295
3.2.2. Realização de negócio simulado ou alienação de ativo	296
3.2.3. Traspasse do estabelecimento	297
3.2.4. Transferência simulada do estabelecimento principal	297
3.2.5. Outorga ou reforço de garantia	298
3.2.6. Ocultação, fuga ou abandono do estabelecimento	298
3.2.7. Descumprimento de obrigação do plano de recuperação	299
CAPÍTULO 18 – DECRETAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA.....	301
1. Natureza do processo pré-falimentar	301
2. Legitimação processual ativa.....	301
2.1. Iniciativa do devedor	302
2.2. Iniciativa do cônjuge sobrevivente, do herdeiro ou do inventariante....	304
2.3. Iniciativa dos sócios	305
2.4. Iniciativa dos credores	306
2.5. A iniciativa da Fazenda Pública	307
3. Defesa do requerido	309

4. O depósito elisivo da falência	311
5. Decretação da falência.....	313
6. Termo legal da falência.....	314
7. Continuação provisória das atividades	316
8. Publicidade da sentença.....	317
9. Natureza jurídica da sentença	318
10. Coisa julgada.....	318
11. Recurso	319
12. Unidade e universalidade do juízo da falência.....	320
13. Sentença denegatória da falência.....	326
13.1. Condenação em perdas e danos	328
14. Natureza do processo de falência	330
CAPÍTULO 19 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO À PESSOA DO FALIDO	331
1. Condição jurídica do falido	331
2. Direitos do falido	331
3. Inabilitação empresarial	332
4. Obrigações legais do falido	333
5. Restrição ao livre trânsito	334
6. Sigilo de correspondência	335
CAPÍTULO 20 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS BENS DO FALIDO	337
1. O desapossamento dos bens e a formação da massa falida objetiva.....	337
2. Arrecadação e custódia dos bens	338
3. Arrecadação frustrada ou exígua	339
4. Bens excluídos da arrecadação	340
5. Auto de arrecadação dos bens	343
6. Liquidação antecipada dos bens.....	344

7. Geração de rendimentos a partir dos bens arrecadados	345
CAPÍTULO 21 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CREDORES....	347
1. A formação da massa falida subjetiva	347
2. Credores concorrentes e credores concursais	347
3. Credores reivindicantes	348
4. Credores extraconcursais	348
5. Credores não admitidos.....	348
6. Credores por obrigações solidárias	350
7. Efeitos jurídicos quanto aos direitos dos credores e eficácia da convenção de arbitragem	351
8. Vencimento antecipado da dívida do falido.....	352
9. Suspensão das execuções individuais dos credores.....	353
10. Cessação da fluência de juros.....	353
11. Suspensão do curso do prazo prescricional.....	355
CAPÍTULO 22 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO.....	357
1. Contrato: conceito e classificação	357
2. Contratos bilaterais	358
3. Contratos unilaterais	360
4. Coisas vendidas, ainda em trânsito	360
5. Venda de coisas compostas	361
6. Venda de coisa móvel ou prestação de serviços pagos em prestações	361
7. Contrato de venda com reserva de domínio.....	361
8. Contrato de compra e venda a termo.....	362
9. Promessa de compra e venda de imóveis.....	362
10. Contrato de locação	363
11. Compensação e liquidação de obrigação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	363

12. Patrimônio de afetação.....	364
13. Contrato de trabalho.....	366
14. Concessão de serviço público.....	367
15. Contrato de conta-corrente	367
16. Contratos de mandato e comissão	368
17. Propriedade em comum	369
18. Contrato de sociedade.....	369
19. Compensação das dívidas do falido	372
CAPÍTULO 23 – AÇÃO REVOCATÓRIA	375
1. Atos ineficazes e revogáveis.....	375
2. Pagamento de dívidas não vencidas.....	378
3. Pagamento por meio extraordinário	378
4. Constituição de garantia real	379
5. Atos a título gratuito	379
6. Renúncia à herança ou ao legado.....	380
7. Traspasse do estabelecimento	380
8. Registros e averbações após a decretação da falência.....	381
9. Ineficácia do reembolso dos acionistas.....	382
10. Atos previstos no plano de recuperação judicial ou extrajudicial	383
11. Processamento da ação revocatória	383
12. Legitimação ativa e passiva	385
13. Competência, rito e prazo de propositura.....	385
14. Recurso da decisão revocatória	386
15. Ineficácia ou revogação de ato amparado em decisão judicial.....	387
16. Efeitos da ação revocatória.....	387
CAPÍTULO 24 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	389
1. Função e natureza jurídica.....	389

2. Restituição ordinária	390
3. Alienação fiduciária em garantia	390
4. Cessão fiduciária de direitos creditórios	392
5. Arrendamento mercantil	392
6. Mandato e comissão	393
7. Comodato	393
8. Contrato estimatório	394
9. Restituição de dinheiro em poder do falido e restituição fazendária	394
10. Restituições especiais	395
11. Restituição de coisa vendida a crédito	395
12. Restituição decorrente de adiantamento a contrato de câmbio	397
13. Valores entregues ao devedor pelo contratante de boa-fé	398
14. Rito processual	398
15. Embargos de terceiro opostos pelo cônjuge do falido	399
CAPÍTULO 25 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	403
1. Razão de ordem	403
2. Gradação dos créditos	403
3. Créditos de natureza trabalhista	404
4. Crédito relativo a honorários advocatícios	406
5. Representantes comerciais autônomos	407
6. Créditos com garantia real	409
7. Créditos tributários	410
8. Créditos com privilégio especial	412
9. Créditos com privilégio geral	414
10. Créditos quirografários	414
11. Créditos subquirografários	415
12. Créditos subordinados	416

13. Créditos extraconcursais	417
CAPÍTULO 26 – REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO	419
1. O momento da liquidação.....	419
2. Plano de venda dos bens.....	421
3. Alienação comum ou ordinária.....	422
4. Formas ordinárias.....	423
5. Modalidades ordinárias	424
6. Modalidades extraordinárias.....	425
7. Sucessão nas obrigações do devedor	427
8. Disposições complementares à realização do ativo	429
9. Ordem de pagamentos	429
10. Importâncias reservadas.....	431
11. Disposições complementares ao pagamento do passivo.....	431
12. Encerramento da falência	432
CAPÍTULO 27 – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	435
1. Enquadramento	435
2. Pagamento	438
3. Decurso do tempo e encerramento da falência.....	438
4. Processamento do requerimento.....	439
5. Sócios de responsabilidade ilimitada.....	440

SEÇÃO V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CAPÍTULO 28 – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	443
1. Convocação extrajudicial de credores	443
2. O acordo extrajudicial homologável	444
3. Condições gerais.....	447
4. Condições especiais	448

5. Credores excluídos	448
6. Instrução do pedido	449
7. Oposição dos credores	451
8. Efeitos	453

SEÇÃO VI – O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO FONTE SUBSIDIÁRIA E AS CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES NOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CAPÍTULO 29 – DIÁLOGO COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	457
1. Questão de ordem	457
2. Contagem dos prazos de natureza processual	457
3. O sistema recursal da Lei n. 11.101/2005	459
4. Regime de publicações e intimações	461
5. Negócio jurídico processual	462
6. Cooperação jurisdicional (cooperação nacional)	462
7. Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial e de recuperação extrajudicial	463

SEÇÃO VII – INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL OU TRANSFRONTEIRIÇA

CAPÍTULO 30 – SISTEMA NORMATIVO DA INSOLVÊNCIA TRANS- NACIONAL NO BRASIL	471
1. Finalidade, regras, princípios e funcionalidade.....	471
2. Juízo competente.....	474
3. Acesso à jurisdição brasileira	475
4. Reconhecimento de processo estrangeiro e seus efeitos	476
5. Cooperação direta e indireta	480
6. Processos concorrentes	481
<i>Referências</i>	485